



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Norte de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : OURO VERDE MINERACAO LTDA
CNPJ/CPF : 27.119.416/0005-03
Empreendimento : OURO VERDE MINERACAO LTDA
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Fazenda GAMELEIRA número/km S/N
Bairro ZONA RURAL CEP 39560-000 Salinas - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Salinas (LAT) -16.0575, (LONG) -42.2177
Fator locacional resultante : 1
Classe predominante resultante : 2
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 2290/2024

Motivo da decisão:

Considerando que para continuidade de análise do processo de LAS RAS nº 2290/2024, houve necessidade de solicitação de informações complementares (ICs) adicionais, referentes aos estudos espeleológicos, via SLA, com prazo de 60 dias para apresentação, sendo esse prorrogado por mais 60 dias conforme solicitação do empreendedor; Considerando que o prazo já prorrogado para atendimento das ICs era até 21/04/2025, e que, em função da necessidade de prazo maior para realização dos estudos espeleológicos, foi solicitado o sobrestamento do processo a contar do prazo do vencimento das ICs, sendo o pleito deferido até 21/12/2025; Considerando que os itens de ICs que tiveram o prazo sobrestado – Id. 195410, Id. 195411 e Id. 195412 –, não foram apresentados pelo empreendedor; A equipe técnica interdisciplinar da Feam/URA NM/CAT, sugere o ARQUIVAMENTO do requerimento de LAS para o empreendedor/empreendimento Ouro Verde Mineração Ltda., no âmbito do PA nº 2290/2024, localizado no município de Salinas-MG.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Montes Claros, 28/01/2026.

Documento assinado eletronicamente por MONICA VELOSO DE OLIVEIRA, Chefe da Unidade, em 28/01/2026 10:17 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.